

Nilo Peçanha e a Primeira Comissão Federal da Baixada Fluminense: Política e Saneamento nos anos 10.

ADRIANA BRANCO CORREIA SOUTO*¹

Este texto faz parte da pesquisa para a dissertação de mestrado do PPGDT-UFRRJ e versa sobre duas Comissões Federais de Saneamento que operaram na Baixada Fluminense entre os anos de 1910 e 1940. A primeira criada na gestão de Nilo Peçanha e a segunda por Getúlio Vargas na década de 1930. O presente trabalho tem o objetivo de analisar a trajetória política de Nilo Peçanha na política do estado do Rio de Janeiro e correlacionar sua atuação na presidência da república com a constituição da Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense. A trajetória política foi traçada com auxílio de autores que se debruçam sobre a Primeira República como Marieta Ferreira, Sonia Castro, Paulo Brati, dentre outros. A Comissão foi analisada a partir dos Relatórios da Comissão de 1911 a 1919 disponíveis na Hemeroteca Digital BN e um único livro com o relatório de 1914 também da BN.

No início do período republicano, a economia do estado fluminense estava em crise em função dos problemas na produção do café e do açúcar e todos os esforços dos que administravam o estado, através de seus grupos políticos, foi no sentido de minimizar e superar essa condição. Com o advento da República, novas formas e alianças foram criadas em torno dos temas que uniam diferentes orientações para a revitalização do estado fluminense. Dois grandes e heterogêneos grupos políticos dominaram o Rio durante as primeiras décadas do Século XX, abrigado sob o mesmo partido: o de Portela empossado pelo governo provisório e recém excluído do Diretório Nacional do Partido Republicano e o de Nilo Peçanha, seu opositor. (LEMOS, 1989: 49)

O primeiro governador do Rio de Janeiro, Francisco Portela, tinha seu poder abalizado pelo seu apoio incondicional ao governo federal, mas a renúncia do General Deodoro da Fonseca, então presidente do governo provisório, potencializou a retirada das lideranças estaduais (com exceção do Pará), inclusive Portela, no estado fluminense. “A ascensão de Floriano Peixoto à presidência da República significou a derrota de uma coalizão civil-militar que estivera no poder durante dois anos.” (LEMOS, 1989: 63).

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ; graduada em História (UFRRJ); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ); Bolsista Capes.

Com a saída de Portela em 1891, Tomas Porciúncula assumiu o governo se aliou a Floriano Peixoto (presidente da república), este grupo continuou dominando a política estadual por dois mandatos de presidente do estado, representados por Maurício de Abreu e Alberto Torres, garantindo uma pequena estabilidade. A falta de acordo em torno dos nomes dos candidatos a constituinte e a possibilidade de transferência da capital de Niterói para Teresópolis, resultou no rompimento momentâneo entre Porciúncula e Torres.

A mudança da capital, para fugir à área de influência da cidade do Rio de Janeiro, era um tema já tradicional nos debates políticos fluminense, e desde a posse de Portela, Campos reivindicava abrigar a sede do governo estadual. No entanto, embora fosse político de tradição campista, Portela não desfrutava de apoio unânime naquela que era a cidade de maior densidade política e cultural do estado. A escolha de Teresópolis, que na época estava muito distante do que se poderia considerar uma cidade, certamente refletia o desejo do governador de constituir um núcleo de sustentação política livre de quaisquer influências. (LEMOS, 1989: 53)

Aproveitando-se da crise sazonal entre os líderes fluminenses e das dificuldades financeiras no estado, Nilo Peçanha entrou em cena, na medida em que sua estratégia foi aproximar-se de Torres e conseguir junto ao presidente da república, já Campos Sales, a indicação de Quintino Bocaiúva para suceder Torres na presidência estadual. Isto ocorreu porque Nilo apoiou a campanha de Campos Sales no Rio de Janeiro em prol da “modificação do regimento da Câmara no tocante a formação da Comissão de Verificação de Poderes” (LAMARÃO, 1989: 107). Ascendo a liderança do estado, Bocaiúva (1900-1903) privilegia Nilo até que este assumo o mandato seguinte.

Com apoio de um forte grupo político, Nilo impulsionou sua trajetória, onde foi proeminente na Câmara dos Deputados (Assembleia Constituinte), governou o estado por duas vezes, figurou no senado por três vezes, esteve à frente do ministério das Relações Exteriores e atingiu o ponto mais alto da carreira política republicana: a presidência da República.

O quadro político estadual estava permeado pelos conflitos partidários aliados a situação financeira do estado do Rio, devido à queda dos preços do café no mercado internacional, uma antiga e não superada perda de mercado do açúcar e a imigração de mão de obra em busca de melhores condições de trabalho em outros estados da federação.

Naquele momento a polarização se conformou em torno de Homogêneo Silva e Nilo Peçanha. Este último, fazendo competente uso de sua amizade com Quintino Bocaiúva, então

presidente do estado, construiu suas alianças com os grandes proprietários de terra consolidando uma forma comandar o estado que seria designada de Nilismo.

Vitorioso no episódio de mudança da capital do estado, de Petrópolis para Niterói, o grupo nilista começaria a usufruir de sua influência indicando o próprio Nilo Peçanha para substituir Bocaiuva na presidência do estado e, vencendo o pleito, a força de sua liderança se confirma.

Mesmo antes de assumir de forma efetiva, Peçanha liderou a proposição de um conjunto de reformas com objetivo de reorganizar o estado e colaborar para amenizar de sua situação financeira. De posse do cargo de chefia estadual Nilo começa a aprovar suas reformas, e estas promovem uma dissidência no interior do grupo nilista, uma vez que algumas das propostas diminuía o poder local, estabelecendo articulações clientelistas como forma de governar.

Preocupado em sistematizar uma política administrativa duradoura, Nilo a frente do estado, começa a atrair as lideranças que se posicionavam contra seu grupo.

O plano arquitetado para a consolidação do nilismo por meio da cooptação de elementos opositoristas foi testado em três situações especialmente significativas: as negociações em torno da criação de prefeituras, a reorganização da comissão executiva do partido oficial - que no governo Nilo passou a ser mais uma vez designado pela sigla PRRJ - e as eleições estaduais e municipais de 1904. (CASTRO, 1989: 134).

Seu objetivo era fortalecer a máquina política fluminense, recuperando a economia, para fazer seu salto ao mais alto e almejado cargo da república: a presidência nacional. (CASTRO, 1989: 133).

Nilo utilizando-se de estratégias voltadas para o fortalecimento de alguns poderes locais ensejou a recuperação financeira no estado, em sua maior parte idealizado desde a administração de Alberto Torres, para aplicação do governo na construção de um projeto político. Reorganização das finanças passava por um antigo plano de diversificação da agricultura, plano esse levado a efeito com verba federal após sua posse na presidência da república.

A crise do setor cafeeiro, aliada à incapacidade da estrutura produtiva de atender as demandas do mercado local de gêneros alimentícios básicos e à retração da capacidade de importa-los, despenou não só o interesse do governo em promover uma política protecionista como a consciência de que cabia buscar na

diversificação agrícola uma nova saída para a economia fluminense. (CASTRO, 1989:140).

A diversificação da agricultura estava alinhada com a ideia daqueles que acreditavam na prosperidade do país estar ligada a agricultura. No intento de transformar o estado do Rio de Janeiro em uma imensa “... horta, celeiro e pomar do vizinho Distrito Federal, largo mareado consumidor.” (CASTRO, 1989: 141), Nilo financiou equipamentos agrícolas, doou mudas e sementes, criou imposto para importação de produtos que eram produzidos no estado. Estas foram algumas das medidas executadas com o objetivo de revitalizar e pluralizar a produção agrícola fluminense.

Seu sucesso na administração do estado foi utilizado como estímulo para que seu nome fosse lançado como candidato a presidência da república. Apesar dos imensos esforços dos seus correligionários e de seus investimentos em tentar fazer alianças, não obteve êxito. Como político ele representava uma candidatura oriunda de um estado de segunda grandeza e a política dos governadores, com a supremacia do estado de São Paulo foi o maior inimigo para o seu intuito. Conforme afirma Hélio Silva, em relação ao período: “...o funcionamento do sistema foi tão consistente que em nenhum momento da República Velha foi eleito o presidente que não contasse com o apoio do Poder Executivo.” (SILVA, 1975: 37). Ainda assim, Nilo conseguiu estar como vice na chapa que elegeu Afonso Pena. O retorno definitivo a chapa situacionista dos nilistas veio com a ascensão de Nilo ao governo federal após a morte de Afonso Pena, em julho de 1909 e a eleição de Botelho para o governo estadual em 1910.

O plano de superação da crise econômica do Rio de Janeiro já estava sendo posto em prática desde a primeira eleição de Nilo para o governo do estado, com um breve instante de desvio durante a administração Backer. A frente da liderança nacional ele pode dar continuidade em seu projeto de recuperação agrícola e investimento na ideia de vocação natural do país na agricultura. Assumindo em julho de 1909, apenas cinco meses depois de sua posse, em 30 de dezembro de 1909, ele apresentou a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense, o que demonstra que este plano já estaria pronto há algum tempo e sua implantação aguardava o melhor momento político. E que conjunto de circunstâncias poderia ser melhor do que estar a frente do cargo mais alto da República?

A Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense.

A estabilidade política promovida por Nilo, os acordos que garantiam dentro da instância federalista um investimento de capital e o tema saneamento sendo discutido desde as últimas décadas do século XIX, formaram uma conjunção ideal de fatores para a instituição da Comissão Federal.

As verbas necessárias para um empreendimento de tamanho vulto foram garantidas pelas alianças traçadas no estado e no governo federal, onde o grupo nilista manteve sua influência até o fim da década de 10 quando findou a Comissão. Com os recursos garantidos, a comissão se estabeleceu procurando fazer um levantamento de todos os documentos e estudos de saneamento realizados na região, já que outras comissões haviam atuado antes dela, ainda não fossem federais.²

A Primeira Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense criada em 30 de dezembro de 1909, tinha como engenheiro chefe Marcelino Ramos da Silva, assumindo Fábio Hostilio de Moraes Rego após a morte do primeiro (FADEL, 2006:106). Seu objetivo foi encarregar o engenheiro chefe, um engenheiro ajudante e um chefe de sessão para “colleccionar os documentos existentes e com eles organizar uma planta geral da baixada, da parte relativa à bahia do Rio de Janeiro. ” (BRASIL, 1911: 478).

² Para informação a respeito das Comissões Estaduais ver: SILVA, Lucia. A Baixada Fluminense vista através da Primeira Comissão de Saneamento da República (1894-1900), *In*: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs.). Tempos e escalas da cidade e do urbanismo: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/baixada-fluminense-vista-atraves-da-primeira-comissao-saneamento-da-republica-1894-1900>>

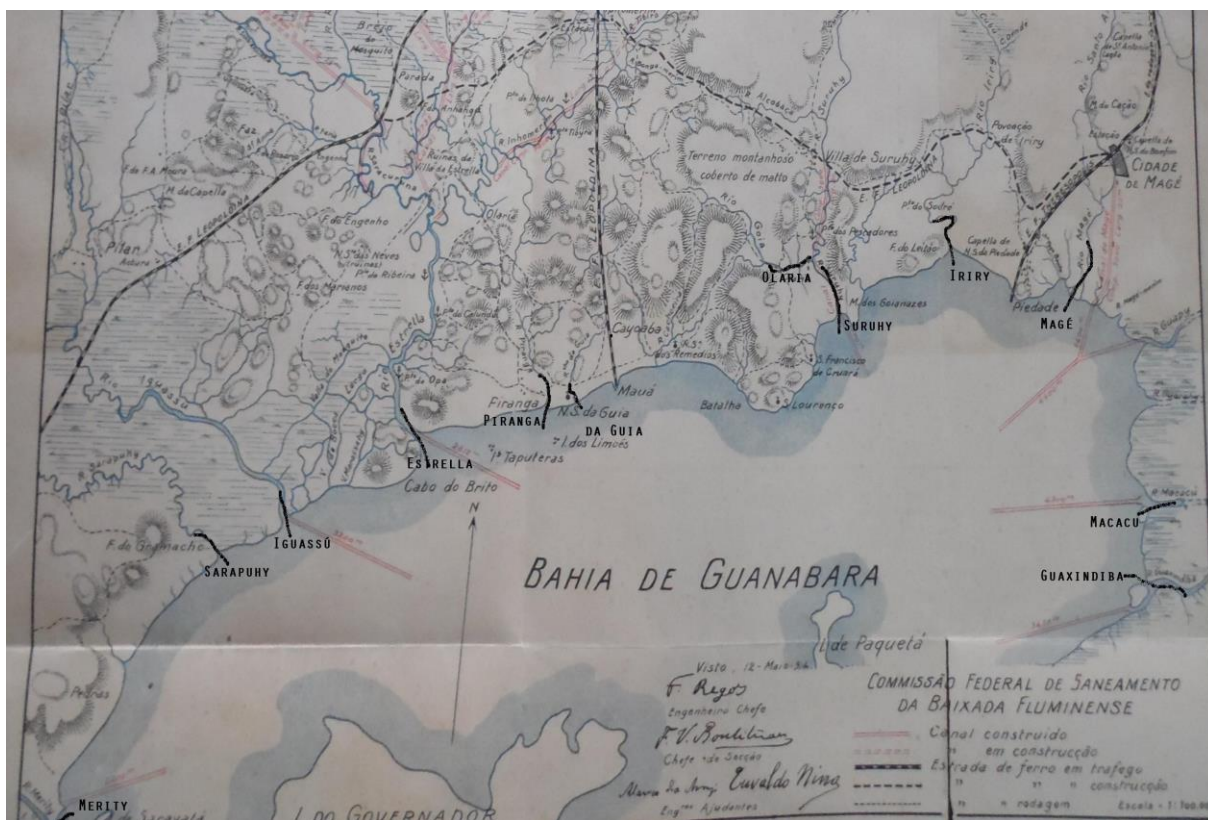


Figura 1: Mapa da Primeira Comissão Federal. Fonte: BRASIL,1914: 2.

Assim que a Comissão foi instituída, os documentos recolhidos foram utilizados para realizar estudos preliminares da área a ser saneada e fornecer dados para a construção de um edital de concorrência, onde as empresas interessadas na obra de dessecamento poderiam concorrer. Em 09 de agosto de 1910 foi publicado o documento apresentando-se, logo após, os seguintes candidatos: Luiz Rodolpho Cavalcante Filho e Jeronymo Teixeira de Alencar Lima; Luiz Betim Paes Leme; Gebrueder Goedhart A.G.; Sociéte Financière et Commerciale Franco-Brésilienne; Sociéte Française Industrielle d'Extrême Orient. Por oferecer menor preço e ter comprovado experiência anterior em obra semelhante em outros países, venceu a empresa alemã Gebrueder Goedhart A.G., com a assinatura do contrato em 10 de novembro de 1910. Em março do ano seguinte as primeiras máquinas chegaram, em abril os rebocadores e lanchas para fazer a locomoção das dragas e em maio de 1911 iniciaram-se os trabalhos pelo canal do Rio Estrella, enquanto a Comissão de Saneamento, através de seu engenheiro chefe e corpo técnico, fazia estudos em outros canais.



Figura 2: Dragas trabalhando no Rio Estrella. Fonte: BRASIL, 1914: 36.

O discurso que a Comissão ratificava era que o dessecamento das terras da baixada, tão próximas a capital federal, faria a produção agrícola novamente florescer e colaboraria para o retorno do estado figurar entre os grandes produtores nacionais. As terras da Baixada Fluminense foram descritas como muito propícias a lavoura, tanto as áreas recém enxutas como nas mais secas, uma vez que a região era muito chuvosa.

Uma breve análise do relatório da Comissão datado de 1914 permite mencionar uma forma de como esse espaço poderia ser utilizado: o parcelamento das terras saneadas e sua venda a preço módicos a quem estivesse disposto a trabalhá-la. Num trabalho posterior pretendemos discorrer sobre o conflito que a instituição desta política poderia causar no interior de uma sociedade onde o latifúndio era a principal forma de propriedade, mas por enquanto nos ateremos as sugestões do relatório.

A instalação destas pequenas propriedades só seria possível com a desapropriação sugerida pela Comissão. Muitas terras estavam sem registro ou com mal definição de seus

limites, pois o imposto territorial, criado na administração de Alberto Torres para aumentar a arrecadação no estado, era baseado na auto declaração ou em documentos redigidos nos municípios, realizados de forma que permitia ao proprietário pagar um preço menor do que efetivamente ela pagaria se fosse contabilizada a extensão da terra. Essa discrepância ao que parece era usual na região. Nos autos do processo nº 208/12, 94-A-11, encontrado na Biblioteca Nacional, a discussão sobre os limites das propriedades em Iguassú de alonga por seis anos, onde diversas certidões de compra, venda e de aforamentos foram apresentadas para tentar justificar o recebimento do valor da indenização do estado. Simplesmente a dúvida era não só do local, como do tamanho e também os donos reais das terras que deveriam receber os valores. Os autos não se referiam a Comissão de Saneamento, mas sim a captação das água da bacia do rio Xerém para o abastecimento da capital federal, no entanto é um bom exemplo do problema enfrentado pela Comissão em relação a desapropriação, uma vez que o caso se arrastou de 1911 a 1917 (mesmo período de existência da Comissão). Assim podemos pensar que subsidiariamente que ocupar de forma organizada e legal a região também fazia parte do processo de Saneamento.

A desapropriação das terras conformava também um plano de revitalização, não somente agrícola, mas financeira. O objetivo da Comissão era desapropriar, sanear, repartir em pequenas propriedades e vender os terrenos. Desta forma o retorno seria praticamente imediato ao fim das obras, talvez tenha sido esse um dos argumentos utilizados por Nilo Peçanha no convencimento da liberação de verbas.

O capital necessário para realizar a transação de desapropriação não foi liberado pelo Congresso Nacional. Provavelmente um dos motivos deve ter sido a presença de detentores de terras nos locais a serem saneados e que desejavam manter a posse da terra que estaria em vias de ser valorizada. Atendendo a pressão, o que se operou foi o retorno das terras saneadas aos donos e uma nova forma de reaproveitamento do espaço.

Assim pois, a actual situação dos paiz não permitindo despesa avultada outro sera o alvitre adoptado para o mais rápido aproveitamento dos terrenos saneados, ..., e ainda a permissão para que os actuaes proprietários possam dispor livremente das suas terras, alienando-as a quem possa cultiva-las, com a obrigação, porém de manter as vallas e rios que as cortarem completamente livres e desobstruídos. (BRASIL, 1914: 8).

A questão orçamentaria era um problema constante na realidade da Comissão, não somente no episódio da desapropriação como nos valores necessários a execução da obra.

No caso da Baixada Fluminense a geografia do lugar deve ser observada em função do baixio facilitador de inundação, no entanto, as alterações tanto na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que os rios que passavam pela região desaguavam na baía de Guanabara, quanto a construção de algumas “obras de arte” responsáveis pelo assoreamento, foram agravando a situação das inundações.

O termo “obra de arte” utilizado nos relatórios, segundo o Dicionário de engenharia, significavam “*determinados tipos de construção, que requerem uma maior especialização, tal como pontes, viadutos, túneis.*”³ Receberam este nome, no período aqui tratado, final do século XIX, por serem construídas por indivíduos detentores de um conhecimento específico, os chamados “artífices”. A principal característica de uma construção assim referida era a transposição de um obstáculo, geralmente oferecido pela natureza. No nosso caso não só as linhas de ferros eram “obras de arte” como os aterros e pontes que as possibilitaram.

Um documento do final do século XIX foi escrito e apresentado ao secretário de obras pelo engenheiro chefe da comissão Estadual de 1898, Marcelino Ramos da Silva (e também engenheiro chefe da comissão Federal até sua morte em 25 de dezembro de 1910) é um dos que faz relação entre a construção das estradas de ferro, as inundações e formação de novos pântanos na Baixada Fluminense. O autor apontava inclusive os pontos nos rios que foram totalmente bloqueados pela construção da Estrada de Ferro Leopoldina: “O rio Saraphuy... 800 m de sua barra na baía do Rio de Janeiro é atravessado por uma ponte de ferro da estrada de ferro do Norte (Leopoldina) não permitindo a passagem de embarcações”. (RIO DE JANEIRO, 1898: 25). Em outro trecho do mesmo documento temos a descrição da formação de um pântano artificial entre a estrada de rodagem e de ferro em Inhomirim.

A estrada de rodagem que vae da estação de Inhomirim (estrada de ferro de Maua) em direção a Suruhy, atravessando com seus aterros e pontes os rios Cayoaba e Bonga, forma uma formidável barreira de escoamento regular das águas desses rios. Nota-se perfeitamente que nos campos das antigas freguesias de Inhomirim, o rio Bonga (Inhomirim) foi forçado no seu curso natural pela construção da estrada de rodagem, que constantemente e destruída pela impetuosidade das águas. Depois da junção dos rios Cayoaba e Bonga nota-se a mesma dificuldade de escoamento nas pontes da estrada de ferro que com seus aterros formam uma segunda barreira, represando as águas a grande distância, transformando todo o terreno superior em um impenetrável pantanal, coberto de mato, peri-peris e outras vegetações aquáticas.” (RIO DE JANEIRO, 1898: 28-29)

A riacho da Guia de Pacobayba tem a superfície de 2 Km e é de fácil saneamento limpando-se o rio e substituindo por pequenos pontilhões os aterros das estradas, que impedem o curso do rio. (RIO DE JANEIRO, 1898: 29)

³ Dicionário da engenhariacivil.com

No relatório da Comissão Federal de 1910 a descrição foi de uma situação ainda mais grave, segundo o documento, a construção das estradas de ferro que cortaram a região foi executada sem o “cuidado para que os aterros e as “obras de arte” causassem embaraço ao escoamento das águas” (BRASIL, 1911: 478) produzindo pântanos e tornando a região propícia a proliferação da malária. Coadunando com esta informação temos a geografa Segada Soares em seu trabalho de 1962 onde diz que ao termino do século XIX, com a construção das linhas ferroviárias, a baixada passou a ser vista com descaso e desinteresse, sendo esquecida pelo estado e aos poucos a região, sem cuidado ou intervenção, foi se tornando sinônimo de doenças e ameaças (SOARES, 1962:176-177). Construindo assim a imagem de sertão ⁴, amplamente usada pela comissão.

Com o andamento das obras, logo que os níveis das águas dessas represas formadas pela passagem da estrada de ferro baixavam, outros riachos e lagoas vinham a ser notados na superfície e como eles também deveriam ser dessecados, desta forma havia constante alteração dos valores necessários para a conclusão das obras.

Como o objetivo inicial era a utilização do espaço conquistado das águas para a lavoura, além da desobstrução dos rios, tornaram-se necessários os estudos topográficos, hidrográficos e meteorológicos realizados pelos técnicos da Comissão. Na obtenção deste conhecimento da região foi gasto boa parte do orçamento. Foram uma média de 100 trabalhadores divididos em 4 turmas acampados nos locais de medição, dos quais cerca de 10% foram atacados pela malária. Os gastos envolveram desde cuidados médicos ao investimento em tecnologias para a proteção dos trabalhadores, a exemplo da casa flutuante.

⁴Sertão, neste caso, “não tem o sentido nordestino de regiões escassamente arborizadas e pastoris, mas, sim o de mata virgem bravia e distante.” (LAMEGO, 1945:56)



Figura 3: Casa Flutuante construída para abrigar técnicos da Comissão. Fonte: BRASIL,1914: 37.

Mais tarde, 1933, por ocasião da Segunda Comissão Federal de Saneamento estes estudos seriam coletados, revisados, alguns corrigidos e utilizados em larga escala.

Em 1913, foram entregues, na bacia do rio Estrella, 32.000 hectares de terrenos saneados dos quais 10.000 eram cultiváveis. “São terrenos de rara feracidade para diversos gêneros de cultura, principalmente para todas as fructas das zonas tropicaes,... Além das vias de comunicações marítimas, fluviais e terrestres, já existentes...” (BRASIL, 1914: 40). Em 1915 novas verbas foram liberadas e o relatório daquele ano fez menção a regularidade e avanços do trabalho, assim como chamou a atenção para a necessidade de manutenção do que já havia sido feito.

A primeira opção para efetuar a conservação das obras foi a desapropriação das terras, o que não ocorreu devido a não aprovação na Câmara. A segunda forma de realizar o aproveitamento das partes já saneadas foi repassar os custos para os proprietários e também não obteve êxito. A terceira proposta passou pela ideia de transferir os gastos para o estado do

Rio de Janeiro, mas até esse momento da pesquisa os dados fornecidos pelos relatórios não estabeleceram uma definição do real destino das terras com as benfeitorias do dessecamento. A hipótese até agora mais latente é de que elas não foram aproveitadas em sua totalidade, uma vez que os relatórios da Comissão Federal posterior (1934), descrevem a região ainda como local a ser trabalhado para ser utilizado plenamente, no entanto esse fato demanda mais pesquisas para ser afirmado.

Destarte a Comissão é extinta em 30 de junho de 1916 devido ao término do contrato. Em dezembro do ano anterior foram liberadas verbas adicionais que foram suficientes para cumprir o acordo assinado com a empreiteira alemã, ou seja, mais seis meses (dezembro de 1915 a junho de 1916), pois o edital de contratação previa a conclusão das obras em cinco anos, completos em 1916. Após o encerramento da Comissão todo o material de escritório e dragagem foi transferido para a Inspeção Federal de Portos, Rios e Canais. A empresa Gebrueder Goedhart chegou a apresentar protesto pelo fim da obra, alegando prejuízo e chegou abrindo um processo contra a união, que encerrou o assunto fazendo uso, dentre outros argumentos, da lei de guerra⁵ pois a firma tinha sua sede na Alemanha e, portanto, nação declarada inimiga. Sendo assim Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense teve seu período oficialmente demarcado entre 10/11/1910 e 30/06/1916.

Conclusão

A Comissão Federal de Saneamento da Baixada da Baixada Fluminense de 1910 foi pensada para concluir seus trabalhos em cinco anos. Essa Comissão tinha como grande incentivo a revitalização de uma região do estado e também foi influenciada pelas questões higienistas que permeavam o período. O saneamento naquele momento era visto como força civilizadora, capaz de transformar um espaço contaminado pelos “miasmas” em um local limpo e seguro para a sociedade, tanto os que morariam naquele lugar como os que estariam em seu entorno.

Nessa época, a medicina atribuía como as principais causas das doenças: o clima quente (até a própria exposição ao sol), a baixa circulação do ar, a ausência de trovoadas, que poderiam acelerar o ‘miasma’. Por exemplo, águas estagnadas provocadas pela baixa topografia de determinadas regiões da cidade do Rio de

⁵ Artigo n. 6, lei de guerra n. 3.393 de 16 de novembro de 1917, artigo 3 letra B : “ o sequestro não só de todos os bens, quantias, valores, efeitos ou créditos referidos na letra a, como também os de que subditos inimigos sejam credores, nos bancos, casas bancárias, caixas econômicas, montes de socorro ou estabelecimentos particulares, que recebam em depósito, garantia, ou para qualquer fim, bens, valores, ou mercadorias;”

Janeiro, (cercada por morros, 'impedindo a circulação do ar'), aquecidas pelo calor, ao serem evaporadas gerariam emanações que iriam 'contaminar o ar' com o mal cheiro: 'o miasma' e, assim, provocar doenças. Por sua vez, a 'teoria do miasma' estabelecia que os vapores, eflúvios (provocavam mal cheiro) que se desprendiam de matérias orgânicas e ao serem inalados causavam as doenças. (RODRIGUES e MIRANDA, 2014: 30)

Presente também no ideário civilizatório e higienista do saneamento, estavam as reformas remodeladoras das grandes metrópoles no início do século XX, onde após investirem na organização dos grandes centros, a agenda política começou a voltar suas atenções para outros espaços, distantes o suficiente para não fazerem parte destas intervenções e próximos o bastante não só para influenciarem na saúde da população como para servirem de áreas de escape onde poderiam ser realocadas os recém expulsos das regiões agora urbanizadas. “A historicidade do meio ambiente urbano revela que a cidade assume características e funções distintas em cada época, conforme a divisão social do trabalho e a configuração do poder político.” (CIPRIANO e MACHADO, 2009: 7).

Como vimos as economias nacional, estadual ou municipal estavam intimamente correlacionadas com as forças políticas em exercício, exemplo no caso da comissão, a concessão de verbas para a continuidade das obras terem sido votadas e liberadas no ano de 1915, com Nilo a frente do estado fluminense, pois “...no governo Nilo, o incentivo governamental...dirigiu-se exclusivamente a agricultura, não havendo qualquer tipo de preocupação industrializante.” (KORNIS, 1989: 194).

O período da vigência da Comissão (1910 – 1916) foi no mesmo do exercício de Nilo a frente do governo do estado, de 31 de dezembro de 1914 a 7 de maio de 1917, confirmando a concepção de reestruturação econômica, saneamento e salubridade por via da revitalização agrícola do estado que eram construções do grupo representado por Nilo Peçanha e por fim puderam levar a efeito a Primeira Comissão de Saneamento Federal da Baixada Fluminense.

Bibliografia:

BRASIL, Relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas de 1911 a 1919. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-viacao-obras-publicas/459194>, acesso de 30/03/2014 a 25/05/2014.

BRASIL. Relatório dos trabalhos executados no ano de 1913. S/E. Rio de Janeiro, 1914.

CARONE, Edgard. A república Velha. Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1970.

CASTRO, Silvia Pantoja de. O projeto político de Nilo Peçanha – a consolidação do Nilismo. In FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República Velha da província: oligarquias e crise no Estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio Fundo Ed., Rio de Janeiro, 1989.

CIPRIANO, Diego Mendes; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. *O estudo da natureza da/cidade: algumas contribuições da história ambiental*. *Revista eletrônica Mestrado Educação Ambiental*, v. 23, julho a dezembro de 2009. Disponível em: www.seer.furg.br/remea/article/download/3951/2347, acesso abril de 2015.

FADEL, Simone. *Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no período do Império a Primeira República: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense*. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2006.

KORNIS, Monica Almeida. *Os impasses para consolidação do nilismo: retomada, enfrentamento e acordo*. In FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República Velha da província: oligarquias e crise no Estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio Fundo Ed., Rio de Janeiro, 1989.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo*. Serviço Gráfico do IBGE, Rio de Janeiro, 1945. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13016_v1.pdf, acesso em março de 2014.

LEMOS, Renato Luiz do Couto Neto. O Republicanismo Fluminense nos quadros da crise do Império. In FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República Velha da província: oligarquias e crise no Estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio Fundo Ed., Rio de Janeiro, 1989.

RIO DE JANEIRO, Relatório da Comissão de estudos do Saneamento da Baixada do Rio de Janeiro. S/E, Rio de Janeiro, 1898.

RODRIGUES, Marinéa da Silva Figueira e MIRANDA, Antonio Carlos de Miranda. *História Ambiental: o saneamento da cidade do Rio de Janeiro*. *Revista Praxis*, ano VI, nº 11, Junho de 2014. Disponível em: <http://web.unifoa.edu.br/praxis/numeros/11/25-35.pdf>, acesso abril de 2015.

SOARES, Maria Terezinha de Segada. *Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro*. In: *Revista Brasileira de Geografia*. IBGE, vol. 2, n. 24, Rio de Janeiro, 1962.